



EXPEDIENTE PARA A VIII REUNIÃO ORDINÁRIA
10 de dezembro de 2008

1 Às dez horas do dia dez de dezembro do ano de dois mil e oito, no Auditório do Anexo do
2 Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a
3 VIII Reunião da Comissão dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais, vinculada ao
4 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de
5 assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de
6 maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006
7 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença
8 encontra-se anexa. Dia 10/12/2008: 1) 9:00 as 9:15 - Abertura, Aprovação da Ata da VII
9 Plenária e da Pauta da VIII Plenária. 2) 9:15 as 9:30 – Informes. 3) 09:30 as 09:45.
10 Homenagem à Sra. Rosani Cunha e ao Sr. Jacinto Ferreira. 4) 09:45 as 12:00 - Exposições
11 e Discussões sobre o Tema “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito
12 Humano à Alimentação no Âmbito Internacional - Construção da Agenda Internacional do
13 CONSEA”: A) 9:45 as 10:05 - Exposição de representante do Ministério das Relações
14 Exteriores; B) 10:05 as 10:25 - Exposição da Senhora Ana Lúcia Pereira, Conselheira
15 Nacional do CONSEA; C) 10:25 as 10:40 - Apresentação do documento do Grupo de
16 Trabalho Internacional - CP2 do CONSEA sobre o tema; D) 10:40 as 12:00 - Debates e
17 Encaminhamentos. 5) 12:00 as 12:20 - Apresentação do balanço das atividades da
18 ASCOM do CONSEA. Intervalo para almoço: 12:20 as 14:00. 6) 14:00 as 14:30.
19 Apresentação do Caderno Destaques - Ações e Programas do Governo Federal. - Sra. Clara
20 Ant, Chefe do Gabinete-Adjunto de Informações do Gabinete Pessoal do Presidente da
21 República. 7) 14:30 as 18:00 - Balanço de 2008 e planejamento das atividades de 2009: A)
22 14:30 as 16:50 - Apresentação dos coordenadores das Comissões Permanentes e da
23 Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais; B) 16:50 as 17:10 - Apresentação da
24 atuação da CAISAN. Sr. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e
25 Nutricional; C) 17:10 as 18:00 - Debates e Encaminhamentos. 8) 18:00 – Encerramento. 1)
26 Abertura, Aprovação da Ata da VII Plenária e da Pauta da VIII Plenária - O Presidente do
27 CONSEA Nacional, Renato Maluf, deu por aberta a reunião, cumprimentando e
28 agradecendo a presença de todos. A ata da VII Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de
29 outubro de 2008, foi aprovada por unanimidade. A pauta desta reunião foi aprovada
30 conforme apresentada. 2) Informes - Renato Maluf apresentou os Informes da Presidência
31 do CONSEA: i) Houve uma audiência com o Ministro Fernando Haddad, objetivando a
32 construção de uma agenda com o Ministério da Educação na área da Segurança Alimentar.
33 O CONSEA ficou encarregado de montar um Grupo de Trabalho (CONSEA e Ministério
34 da Educação) para definir essa agenda e apresentá-la à Plenária, em abril/2009. ii)
35 Alimentação Escolar: a) Foi proposta ao Presidente da República revisão do per capita da
36 Alimentação Escolar. O Presidente acolheu a proposta e pediu estudo do caso, que foi
37 realizado pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e encaminhado
38 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Renato Maluf contactou o Ministro



39 Paulo Bernardo, solicitando a este que considerasse o pedido. b) O Projeto de Lei da
40 Alimentação Escolar foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado
41 Federal. No dia 09/12/2008, uma comissão foi falar com o relator da Comissão de
42 Constituição e Justiça, Senador Francisco Dorneles, que segundo ele, a posição do Estado
43 do Rio de Janeiro é de não aceitação do estabelecimento dos 30% na compra de alimentos
44 da Agricultura Familiar e contra a determinação de que a aquisição, preparo e distribuição
45 dos alimentos sejam feitos por entes públicos. Não houve possibilidades de acordo. O
46 Senador se mostrou inflexível. O assunto continua em trâmite no Senado. c) Em
47 10/12/2008, das 12 às 14h, com a presença do Presidente da República, foi feita a entrega
48 do Prêmio Gestor da Alimentação Escolar. O Presidente do CONSEA preside a Comissão
49 Ação Fome Zero, que premia os vencedores. Por esse motivo, Renato Maluf se ausentou
50 desta VIII Reunião Ordinária, a partir das 12h e sugeriu, para substituí-lo na presidência
51 dos trabalhos, a Conselheira Marília Leão, da ABRANDH/CONSEA Nacional, que aceitou
52 prontamente o convite. Renato Maluf disse também que durante este evento do PNAE -
53 Programa Nacional de Alimentação Escolar será feita pressão para a aprovação do Projeto
54 de Lei da Alimentação Escolar. iii) Todos os Conselheiros, por decisão da Mesa Diretiva
55 do CONSEA, receberam um Manual contendo explicações e procedimentos necessários
56 para participarem do CONSEA. iv) Foi distribuído aos Conselheiros cópia do Diário
57 Oficial, publicando a nomeação dos representantes governamentais no CONSEA. v) Foi
58 julgado nesta data, no Supremo Tribunal Federal, processo relativo à Reserva Raposa Serra
59 do Sol. Os componentes da Comissão Permanente dos Povos Indígenas se ausentaram da
60 Plenária, em momento oportuno, para participarem de manifestação a favor do assunto, no
61 STF. O seguinte ponto de pauta a ser apresentado foi o 3) Homenagem à Sra. Rosani
62 Cunha e ao Sr. Jacinto Ferreira - Foi feita uma homenagem à ex-Secretária Nacional de
63 Renda e Cidadania do MDS, Rosani Cunha, e ao ex-Presidente da Companhia Nacional de
64 Abastecimento - CONAB, Jacinto Ferreira, falecidos em novembro/2008. Palavras de
65 apreço e agradecimentos pelos trabalhos realizados por estes foram proferidas pelo
66 Conselheiro Chico Menezes. Foi convidado a estar presente nesta reunião o companheiro
67 de Rosani, Sr. Nilson Figueiredo, que não pôde comparecer por conta de outros
68 compromissos e por estar com dificuldades físicas em função do acidente. Os filhos de
69 Jacinto também foram convidados e compareceram à reunião. O Ministro Patrus Ananias
70 fez uso da palavra, iniciando com uma saudação aos presentes. Fez referência a Rosani
71 Cunha e Jacinto Ferreira: disse que estes mais do que lembrados é importante que sirvam
72 de fontes de inspiração e sejam continuados nos seus trabalhos. Falou da alegria de estar
73 participando desta reunião. Disse que o CONSEA vem se tornando cada vez mais um
74 espaço relevante, indo além das discussões importantíssimas no campo do Direito Humano
75 à Alimentação, e que o CONSEA Nacional tem irradiado muito a sua influência positiva
76 nos CONSEAs Estaduais e Municipais. Saudou o fato de o CONSEA estar se tornando
77 cada vez mais um lugar de discussões das políticas sociais numa perspectiva intersetorial,
78 de transversalidade e integração, buscando desenvolvimento social e assegurando às
79 pessoas o direito a uma vida plena com condições básicas asseguradas. Sobre “Soberania e
80 Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Âmbito
81 Internacional - Construção da Agenda Internacional do CONSEA” colocou: i) Que o



82 CONSEA tem o desafio de construir alternativas e procedimentos mais ágeis e eficazes
83 para ajudar povos que enfrentam dificuldades mais urgentes. ii) Que será discutida, em
84 Salvador, a criação de um Instituto Mercosul voltado para a discussão de temas,
85 problemas, desafios e ações conjuntas no campo das questões sociais. iii) Que neste
86 momento em que é discutida uma crise social e econômica com grave incidência na
87 questão do Direito Humano à Alimentação e no avanço das políticas sociais, considera
88 importante que o CONSEA e, a partir deste, outros Conselhos pautem essa discussão
89 comprometendo-se em colaborar com os compromissos do Governo do Presidente Lula.
90 Despediu-se dos presentes, agradecendo e desejando um bom dia de trabalho a todos. A
91 Mesa foi composta por: Renato Maluf, Presidente do CONSEA; Ministro Marco Farani,
92 Diretor da Agência Brasileira de Cooperação; Ministro Bruno Bath, Chefe do
93 Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro Ricardo
94 Monteiro, da Divisão de Produtos de Base. O item seguinte da pauta a ser abordado foi o
95 4) Exposições e Discussões sobre o Tema “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
96 e o Direito Humano à Alimentação no Âmbito Internacional - Construção da Agenda
97 Internacional do CONSEA” - A Conselheira Gleyse Peiter apresentou o documento, que
98 tem uma proposta de princípios e eixos de ação que devem orientar a agenda de atuação
99 internacional do CONSEA e, conseqüentemente, o posicionamento do Governo brasileiro.
100 Esse documento foi preparado por um Grupo de Trabalho formado por representantes da
101 Sociedade Civil e de diversos setores governamentais, no âmbito das Comissões
102 Permanentes de Segurança Alimentar e Nutricional e Estratégias de Desenvolvimento do
103 CONSEA, para ser submetido à Plenária deste Conselho. Ele está organizado de modo a
104 dar conta de dois objetivos, a saber: definir os princípios e eixos de atuação internacional
105 do CONSEA e apresentar ao Governo brasileiro proposições nesse campo consistentes
106 com tais princípios e eixos. A) Exposição do Representante do Ministério das Relações
107 Exteriores – O Ministro Bruno Bath, Chefe do Departamento do Mercosul do Ministério
108 das Relações Exteriores, se manifestou acerca do assunto em tela, tratando do subitem
109 Eixo 1. Integração Regional, com foco no MERCOSUL, que reflete as diversas iniciativas
110 em curso na região, incluindo a construção de arranjos institucionais para fazer frente às
111 crises alimentar, econômica, ambiental e energética. Cumprimentou o CONSEA pela
112 elaboração do documento. E ser um salto qualitativo no Mercosul na questão dos temas
113 sociais. Informou que será realizada uma reunião do Conselho do Mercado Comum, na
114 tarde do dia 15/12/2008, em Salvador, co-presidida pelos Ministros Celso Amorim e Patrus
115 Ananias. O eixo principal da reunião será a formulação de um Plano Estratégico de Ação
116 Social, visando reunir diretrizes e ações para o fortalecimento e aprimoramento das
117 políticas sociais no Mercosul. O Ministro trabalhou outros sub-temas contido no Eixo 1,
118 como a importância da participação da Sociedade Civil Organizada no Bloco; o CONSEA
119 como espaço de participação social; Agricultura Familiar e falou também sobre o Plano
120 Estratégico de Ação Social do Mercosul. B) Exposição da Senhora Ana Lúcia Pereira,
121 Conselheira Nacional do CONSEA – Apresentou os resultados da Missão Técnica
122 Exploratória ao Haiti para elaboração e implementação de um Programa Estratégico de
123 Cooperação Técnica para o período de 2008-2010, fruto da visita do Presidente Lula
124 àquele país, em 2008. O objetivo da Missão foi buscar caminhos de articulação, integração



125 e fortalecimento das instituições que desenvolvem ações na área da agricultura e Segurança
126 Alimentar e Nutricional no Haiti. Existe uma proposta de unificação dos projetos de todos
127 os Ministérios que trabalham a Segurança Alimentar. A idéia é ter uma Missão, talvez no
128 final de janeiro ou início de fevereiro de 2009, para conversar com os interlocutores para
129 implementação dos projetos, e esta Plenária definiria quais critérios de participação.
130 Renato Maluf esclareceu que o objetivo dessa apresentação é para que os Conselheiros
131 tomem conhecimento da dinâmica de uma Missão como essa, visto que o CONSEA estar
132 sendo bastante demandado para trabalhos similares. A palavra foi concedida ao
133 Conselheiro Ubiraci Dantas Oliveira, que informou ao Plenário que foi convidado pela
134 União Internacional Sindical do Setor de Alimentação, órgão ligado à Federação Sindical
135 Mundial, para um Encontro Continental de Trabalhadores na Agricultura e Alimentação. O
136 Conselheiro disse que no Encontro estava representando a Central Geral dos Trabalhadores
137 do Brasil, mas levou ao Encontro experiências adquiridas no CONSEA. E fará uma
138 memória do Encontro e entregará ao CONSEA. Sugeriu pôr no Documento apresentado
139 pela Conselheira Gleyse Peiter um ponto sobre as taxas de juros executadas pelo Banco
140 Central do Brasil. C) Apresentação do documento do Grupo de Trabalho Internacional -
141 CP2 do CONSEA sobre o tema - 1) A palavra foi franqueada ao Conselheiro Ricardo
142 Monteiro, da Divisão de Produtos de Base, que apresentou sobre o Documento o subitem
143 Eixo 2. Regimes Internacionais, que engloba o conjunto de questões estratégicas para SAN
144 relacionadas com as negociações internacionais, acordos e normas. Falou das negociações
145 multilaterais em curso na Organização Mundial do Comércio – OMC e que esta semana,
146 em Genebra, diferentes Delegações estarão tentando chegar a um acordo em produtos
147 industriais e agrícolas. E dependendo do resultado das negociações, será convocada uma
148 reunião ministerial, buscando definir diretrizes para a Liberação Comercial. Informou que
149 o Brasil tem defendido, na Rodada Doha, a eliminação de subsídios de exportação e
150 preservação da liberdade das políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar e Soberania
151 Alimentar. Falou sobre outros pontos, como o Mecanismo de Salvaguarda (em
152 negociação), que em Países em desenvolvimento, por conta da liberação comercial, se a
153 importação de algum produto agrícola subir muito e causar dano ao produtor doméstico, o
154 Mecanismo poderá impor tarifa adicional a esse produto. Disse que o Brasil poderá definir
155 uma lista nacional de produtos de Segurança Alimentar (que teriam tratamento
156 diferenciado) e que não terá restrição quanto à isenção das políticas públicas de SAN e
157 desenvolvimento rural de compromissos de limitação e/ou redução, no âmbito dos acordos
158 econômico-comerciais internacionais. 2) O Ministro Marco Farani, Diretor da Agência
159 Brasileira de Cooperação, cumprimentando o CONSEA pela confecção do Documento e,
160 em seguida falou do subitem Eixo 3 - Cooperação Sul-Sul e atuação junto aos organismos
161 multilaterais, que trata da crescente importância da cooperação entre os países em
162 desenvolvimento com vistas à realização da Segurança Alimentar e Nutricional,
163 destacando-se o Brasil como ator de referência internacional. Considera órgãos como
164 CONSEA importantes para o fortalecimento da Sociedade Civil. Quanto à apresentação da
165 Conselheira Ana Lúcia, considerou muito boa e que demonstra muito bem as dificuldades
166 da Cooperação Técnica e discorreu sobre o tema. Contou que o Ministro Celso Amorim, a
167 pedido do Presidente Lula, convocou uma Reunião Ministerial, no Itamaraty, para tratar do



168 tema da Cooperação Técnica Brasileira no Haiti. Um mês depois dessa reunião
169 eminentemente política foi realizada uma Reunião Técnica com todos os Ministérios e
170 entidades participantes da primeira visita ao Haiti e outras. A partir de então se começou a
171 elaboração dos projetos de cooperação entre Brasil e Haiti. A Missão elaborou um relatório
172 amplo, que será transformado em um programa do qual serão elaborados em torno de 40
173 projetos de Cooperação Técnica. Descreveu alguns pontos do projeto no Haiti, que é todo
174 na área de SAN, e que além da agricultura propriamente dita, também vai contemplar
175 abastecimento, distribuição e comercialização dos alimentos. Segundo este Conselheiro, o
176 Presidente Lula manifestou interesse em fazer um projeto semelhante no Timor Leste e em
177 Angola, e o responsável pela Missão será a ABC, e convidou o CONSEA auxiliá-los. O
178 Ministro Marco Farani se dispôs a trabalhar em conjunto com o CONSEA para exportar
179 para os países vizinhos esse modelo de trabalho apresentado pela Missão. Disse que esta
180 tem 303 projetos de Cooperação Técnica que foram assinados desde 2003, dos quais em
181 torno de 150 foram executados, 120 estão em execução e o restante está para entrar em
182 execução, segundo os últimos dados contabilizados. Disse que o Presidente Lula se
183 comprometeu, desde o início do Governo, a visitar todos os países africanos, e já o fez há
184 pelo menos 25 países, e com isso ampliou o leque da Política Externa Brasileira. E com
185 isso, no momento, o Brasil passa a ser o ator mais importante no cenário internacional.
186 Disse que diferentemente da União Européia, que aplica dinheiro nos países africanos e em
187 desenvolvimento, o Brasil doa conhecimento. A partir do Governo Fernando Henrique
188 Cardoso e agora com o Governo Lula, o Brasil desenvolve muitas tecnologias sociais e
189 outros países têm interesse por essas tecnologias, a exemplo da Argentina e México.
190 Renato Maluf registrou a presença, nesta Plenária, do Sr. José Tobino, representante da
191 FAO/Brasil. Renato Maluf se ausentou da reunião, e em substituição a ele, compôs a Mesa
192 a Conselheira Marília Leão, da ABRANDH/CONSEA Nacional. A Conselheira lembrou
193 que a perspectiva do Conselho é aprovar um documento-agenda, que será dirigido a todos
194 os Ministérios que integram o CONSEA como um ponto de referência para toda a
195 interação relativa à Cooperação Internacional. D) Debates e Encaminhamentos - A Plenária
196 se posicionou acerca do Documento e contribuições foram encaminhadas à Mesa para
197 composição do mesmo. A palavra foi devolvida à Mesa para os palestrantes fazerem seus
198 pronunciamentos finais. Encaminhados sobre o tema: i) Os Conselheiros tiveram até o dia
199 11/12/2008 para enviar contribuições à Secretaria do CONSEA para que constem no
200 Documento, que foi finalizado até dia 12/12/2008. ii) O Documento será traduzido para
201 inglês e espanhol e encaminhado ao Presidente da República constando a posição do
202 CONSEA sobre o tema. iii) O CONSEA encaminhará o Documento aos Ministérios
203 relacionados com o tema. iv) Divulgação ampla do Documento na Cúpula de Salvador, na
204 semana do dia 15/12/2008. Os encaminhamentos foram aprovados pela Plenária. (Intervalo
205 para almoço) Antes do início dos trabalhos da tarde, foi apresentado o filme Hakani
206 Enterrada Viva –A história de uma sobrevivente, que pode ser visto pelo sítio
207 www.hakani.org. A Conselheira Marília Leão deu por abertos os trabalhos da tarde. A
208 Mesa foi composta pela Conselheira Marília Leão, da ABRANDH/CONSEA Nacional e
209 Sra. Clara Ant, Chefe do Gabinete-Adjunto de Informações do Gabinete Pessoal do
210 Presidente da República. Marília Leão anunciou a presença da Dr^a. Irela Mazar, Oficial da



211 FAO/Roma, que está em missão no Brasil, com projetos com o Governo Brasileiro, e está
212 participando da Plenária para conhecer a dinâmica de trabalhos do CONSEA. Por inversão
213 de pauta, o item apresentado a seguir foi o 6) Apresentação do Caderno “Destaques -
214 Ações e Programas do Governo Federal” - Sra. Clara Ant, Chefe do Gabinete-Adjunto de
215 Informações do Gabinete Pessoal do Presidente da República - Relatou a origem do
216 Caderno Destaques, informando que este nasceu no começo de 2008, por sugestão do
217 Presidente Lula, para atender a demanda de particulares e governo, que diziam não haver
218 divulgação das ações realizadas pelo Governo. As publicações do Caderno se iniciaram em
219 março deste ano, com periodicidade mensal; a partir de março de 2009 será bimestral; na
220 Internet, alguns dados são atualizados permanentemente. Foi distribuído aos presentes o
221 exemplar do mês de novembro, pois o do mês de dezembro ainda não havia sido impresso,
222 mas já constante do sítio www.brasil.gov.br. O Caderno é um instrumento público e todos
223 têm direito de reproduzi-lo no todo ou em partes. Ele não é publicado em papel, contudo,
224 havendo interesse será impresso um número determinado de exemplares ou artigos. A Sr^a.
225 Clara Ant apresentou a estrutura do Caderno e alguns temas contidos nele. O Conselheiro
226 Carlos Eduardo O. de Souza Leite, do CONSEA-BA, a pedido da Mesa e representando os
227 Conselheiros do CONSEA, agradeceu a apresentação da Sr^a. Clara Ant, e disse que o
228 CONSEA sente necessidade de ter retorno da Presidência da República a questões aqui
229 pautadas. O Sr. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar Nutricional do
230 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi convidado a compor a Mesa.
231 Dando seqüência à reunião, o próximo a ser abordado foi o item 5) Apresentação do
232 balanço das atividades da ASCOM do CONSEA - A Sr^a. Laura Fernandes, Coordenadora
233 da Assessoria de Comunicação do CONSEA, apresentou sua equipe de trabalho e relatou
234 as atividades realizadas pela Área de Comunicação durante o ano de 2008. Informou que
235 será montado um portal novo do CONSEA, na Internet, juntamente com a Presidência da
236 República. Foi distribuído aos Conselheiros um formulário para que estes avaliassem os
237 trabalhos desenvolvidos e dessem sugestões para a construção do plano de trabalho da
238 ASCOM/2009. A Conselheira Marília Leão agradeceu e parabenizou, em nome do
239 Plenário, a ASCOM e à Secretaria Executiva do CONSEA pelos trabalhos desenvolvidos.
240 A presidência dos trabalhos foi devolvida a Renato Maluf, que informou que a cerimônia
241 de entrega do Prêmio Gestor da Alimentação Escolar foi muito boa. Seguiu-se então com a
242 apresentação do item 7) Balanço de 2008 e planejamento das atividades de 2009: A)
243 Apresentação dos Coordenadores das Comissões Permanentes e da Comissão de
244 Presidentes dos CONSEAs Estaduais: As Comissões relataram seus trabalhos realizados
245 em 2008 e apresentaram projetos para o ano de 2009: 1) Comissão Permanente 6 -
246 Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas – O Sr. Dourado Tapeba, em
247 substituição à Conselheira Valéria Paye, Coordenadora desta Comissão, que estava
248 participando do julgamento da Reserva Raposa Serra do Sol, apresentou os informes da
249 Comissão e destacou as Dificuldades financeiras e humanas para implementação do
250 Projeto Carteira Indígena. Disse também que foi realizada uma capacitação-piloto do
251 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na aldeia Panambizinho, em Dourados - Mato
252 Grosso do Sul. Para 2009, será elaborado um calendário de metodologia de capacitação do
253 PAA para os povos indígenas. Quanto às atividades de 2008, destacou pontos positivos,



254 como Coordenadora do Departamento das Mulheres Indígenas da COIAB e APOEMA
255 fazerem parte do CONSEA; e aspectos críticos, como dificuldades na execução da
256 coordenação da Comissão e falta de aliados. A última Plenária foi importante por que
257 pautou a questão do acesso às terras pelos quilombolas. Em relação à discussão da CP4
258 sobre os direitos humanos a uma alimentação adequada, a CP6 não se sentiu contemplada,
259 por considerar difícil discutir o tema sem discutir a questão das terras entre as regiões do
260 País, e não há política específica de alimentação para povos indígenas. É necessária a
261 participação de órgãos governamentais, principalmente FUNAI e FUNASA. Estas farão
262 parte da CP6, e ainda MDA e EMBRAPA. A FUNASA falará sobre o SISAN Indígena. A
263 CP6 se reunirá um dia antes da Oficina de Trabalho, em fevereiro, para finalizar o
264 Projeto/2009. Durante reunião da Mesa Diretiva foi proposta a criação de um Grupo de
265 Trabalho para discutir melhor a questão de SAN em nível estadual e regional. 2) Comissão
266 Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do SISAN – O Conselheiro Carlos
267 Eduardo de Souza Leite, representando a Comissão, informou que a CP1 organizou seus
268 trabalhos em quatro frentes, a saber: Institucionalidade do Sistema, Orçamento,
269 Monitoramento e Mobilização. Por haver necessidade de se concretizar a propostas
270 apresentadas, o Conselheiro disse que o Conselho e a Comissão devem estar atentos para
271 em 2009 ter ações mais objetivas para os temas abordados. O tema que mais norteou os
272 debates da Comissão foram os desafios em torno do Sistema de SAN. A Comissão
273 considera como desafio o CONSEA Nacional fazer boa articulação com os CONSEAs
274 Estaduais para construção de uma agenda conjunta, e diálogo com a sociedade,
275 movimentos sociais e profissionais, comunidades tradicionais e povos indígenas. Das
276 prioridades apontadas: i) Fazer valer a Proposta de Emenda Constitucional que insere o
277 Direito Humano à Alimentação Adequada entre os Direitos Constitucionais; ii) Diálogo
278 com a CAISAN; iii) Dias 12 e 13 de fevereiro de 2009, realização de uma oficina com os
279 Conselheiros do CONSEA Nacional, Presidentes Estaduais, Governo Estadual e
280 Organizações da Sociedade Civil no sentido da elaboração de um documento orientador de
281 princípios e diretrizes da construção do Sistema; iv) Financiamento do Sistema e das
282 políticas públicas; v) Pacto de Gestão em Defesa do Direito Humano à Alimentação, um
283 instrumento para pensar, junto com as esferas estaduais, municipais e territoriais, um
284 mecanismo de construção para fazer valer o direito humano à alimentação e princípios
285 defendidos no CONSEA e pensar políticas públicas ligadas à SAN. Foi proposta a criação
286 de um Relatório Institucional, que será publicado em outubro de 2009, marcando assim a
287 posição do Conselho na Semana Mundial da Alimentação. E sugestão de integração entre
288 Comissões para articular melhor a discussão do Sistema Nacional de SAN com o Plano
289 Nacional de SAN e as Políticas Nacionais de SAN. O GT Orçamento e GT Exigibilidade
290 mantêm-se na CP1, em 2009. 3) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e
291 Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento – A Conselheira Gleyse Peiter começou
292 sua fala informando que este ano a Rede Nacional de Mobilização Social - COEP
293 completou 15 anos e foi feita uma publicação chamada Das Ruas às Redes, contando a
294 história dos 15 anos de mobilização social no Brasil, e será enviado exemplar do livro aos
295 participantes do CONSEA. Disse que a principal discussão da Comissão foi sua amplitude,
296 discutindo grandes temas, especialmente a crise dos alimentos. Foram criados três Grupos



297 de Trabalho: GT Agenda Internacional, GT Água e Segurança Alimentar e GT
298 Agrocombustíveis. Alguns problemas foram apontados, como o aprimoramento de
299 mecanismos políticos em relação aos documentos enviados à Presidência da República,
300 falta de apoio técnico e profissional suficientes para a elaboração de documentos. Como
301 resultados dos trabalhos, a Conselheira mencionou o importante papel do CONSEA na
302 crise de alimentos, e os vários temas em andamento que o CONSEA precisa participar,
303 como a Agenda Internacional, Agrocombustíveis, Água e SAN. A idéia da Comissão é não
304 ter novos temas para serem trabalhos em 2009, mas sim aprofundar os já iniciados em
305 2008, só incluindo na agenda do próximo ano somente a discussão sobre as Mudanças
306 Climáticas, em reunião prevista para agosto/2009. 4) Comissão Permanente 3 - Política e
307 Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – A Conselheira Regina Miranda
308 informou sobre a instalação do Grupo de Trabalho Educação Alimentar e Nutricional, que
309 é composto pelos Conselheiros: Christiane Gasparini Araújo Costa, Regina da Silva
310 Miranda, Sonia Lúcia Lucena Souza de Andrade, Luciene Burlandy Campos de Alcantara
311 e Elisabetta Recine e Elza Maria Franco Braga, e quem mais quiser compô-lo. Esse GT se
312 une a uma agenda que chegou à Comissão a partir da visita de Renato Maluf ao Ministro
313 da Educação. Essa agenda será apresentada ao Ministro, com recomendações, observações
314 e aperfeiçoamentos da Política de Educação Alimentar e Nutricional, Alimentação Escolar
315 e outras. A palavra foi franqueada à Conselheira Elza Maria Franco Braga, e esta informou
316 que por recomendação do Setor Jurídico do MDS, foi elaborado um Termo de Parceria do
317 MDS e ASA, dando continuidade ao Programa Água para Produção. O Termo de Parceria
318 terá vigência até julho de 2010, e será destinado à construção de 4.291 cisternas-calçadão
319 adaptadas para a roça; 208 barragens subterrâneas; 104 tanques-pedra-caldeirão; 208
320 bombas de água popular e intercâmbio de experiências e capacitação para convivência com
321 o Semi-Árido, no valor de 51 milhões de reais. A proposta foi submetida à Plenária, que a
322 aprovou unanimemente. Também foi aprovada a permanência da Conselheira Elza Maria
323 Franco Braga e do Conselheiro Rui Ricard da Luz como titulares das Comissões que
324 acompanham o PIMC e o P1+2, respectivamente. Foi discutido também que mesmo
325 reconhecendo que a prática do Monitoramento e Avaliação é uma coisa recente no
326 Governo, é importante que as matérias cheguem com maior antecedência para os
327 Conselheiros. Na seqüência da apresentação dos informes da CP3, a Conselheira Regina
328 Miranda relatou que foi debatido um Plano de Trabalho para 2009, e examinada a crise
329 econômica e suas conseqüências sobre os alimentos e os crescentes investimentos nas
330 culturas alimentícias para biocombustíveis. Outro tema analisado foram os dois anos
331 restantes do Governo Lula e os investimentos feitos na área de SAN, pensando esse
332 cenário para além dos dois anos. Para aperfeiçoamento dos trabalhos, foi sugerida a
333 participação dos Conselheiros governamentais e não-governamentais nos trabalhos da
334 Comissão e sincronia das agendas, demandas e encaminhamentos entre as Comissões. Está
335 sendo revista a forma de funcionamento da CP3, visando melhor atendimento dos pleitos.
336 Adversidades a serem enfrentadas: i) obtenção de respostas do Governo, qual a capacidade
337 de o CONSEA transformar documentos em ações políticas; ii) funcionamento da CAISAN
338 e o resultado de seus trabalhos na Política e Plano de SAN. Desafios foram colocados,
339 como a construção do Sistema e seus desdobramentos no âmbito estadual e municipal. A



340 Conselheira apresentou uma agenda de trabalhos da Comissão tida como prioritária para
341 2009. Alguns temas também foram propostos pela Plenária: a) Portadores de necessidades
342 alimentares especiais. i) Conferência a ser realizada em 2010. ii) Ações mais concretas
343 para acompanhamento do monitoramento dos programas nos Estados e Municípios. A
344 Conselheira Regina Miranda completou seu relato dizendo que foi instalada uma Comissão
345 para organizar o Seminário Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser
346 realizado em março de 2009, e participam dela: Carlos Eduardo O. de Souza Leite,
347 Carmem Priscila Bocchi, Antonio Jose da Costa, Sonia Lúcia Lucena Souza de Andrade,
348 Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos, Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de
349 Oliveira, Werner Fuchs e Regina da Silva Miranda. Em fevereiro haverá uma reunião para
350 debater o assunto. O GT Abastecimento realizou uma reunião, no dia 09/12/2008, para
351 tratar da Política de Produção e Abastecimento de Alimentos. Surgiram outros temas para
352 serem tratados: i) Reintegração de posse na área de quilombos, a ser tratada pela CP5 e ii)
353 Retomar a discussão do acesso a Terra e recursos naturais, modelo de produção e
354 comunidades tradicionais, a ser tratada pela CP2. Foi feita uma pausa para
355 confraternização dos Conselheiros. Renato Maluf informou que pesquisadores de
356 Universidades enviaram ao CONSEA relatos de dificuldades em aprovar projetos de
357 pesquisa sobre SAN junto às agências financiadoras com enfoque intersetorial. Portanto,
358 está programada para o início de 2009 uma reunião, a ser realizada em Brasília, para
359 trabalhar uma proposta que será encaminhada às agências de fomento, na direção de terem
360 comitês julgadores de projetos que expressem a concepção deste Conselho sobre o assunto.
361 5) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada – A Conselheira
362 Elisabetta Recine apresentou um balanço das atividades de 2008, dizendo que a Comissão
363 se organizou em três Grupos de Trabalho: PNAE, Bolsa Família e Saúde da Família. No
364 GT PNAE foram feitas atualizações e recomendações aos instrumentos de exigibilidade, e
365 há a perspectiva de serem validados em 2009, em algumas escolas. O GT Bolsa Família
366 realizou um monitoramento informal, identificando que os gestores estão tendo mais
367 sensibilidade em alguns aspectos que o CONSEA tinha levantado em relação às
368 condicionalidades e cadastros. O GT Saúde da Família teve mais dificuldades na
369 atualização das recomendações e prosseguimento na elaboração dos instrumentos de
370 exigibilidade, haja vista ser um trabalho realizado em 2006 e retomado em 2008. O GT
371 está sendo aguardada resposta do Ministério da Saúde em relação às recomendações de
372 monitoramentos. Informou que a CP4 não terá condições de executar todas as demandas,
373 tendo em vista ser uma missão maior que sua capacidade. Para 2009, a Comissão
374 apresentou algumas estratégias de trabalho, como continuar participando das reuniões dos
375 Presidentes de CONSEAs Estaduais e revisar a metodologia de trabalho (com previsão
376 para ser apresentada à Plenária em junho/2009), como meta à elaboração de um Guia de
377 Análises das Políticas Públicas de SAN. Sugeriu que a aprovação da PEC do Direito
378 Humano à Alimentação Adequada seja prioridade do CONSEA, em 2009, e para isso
379 propõe a organização de um Grupo de Trabalho para definir estratégias de aproximação da
380 Frente Parlamentar no Congresso Nacional. A Conselheira apresentou uma agenda de
381 trabalho para 2009, constante dela a elaboração de dois relatórios de monitoramento e fazer
382 o acompanhamento da validação dos instrumentos para o PNAE. Disse também que existe



383 uma proposta para a CP4 elaborar uma carta, em nome do CONSEA, em comemoração aos
384 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 6) Comissão Permanente 5 - SAN
385 das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais – A Conselheira Ana Lúcia
386 Pereira informou que pela primeira vez as quatro representações das comunidades
387 tradicionais estiveram presentes em reunião da Comissão, no dia 09/10/2008, e que foi
388 definido que a partir de 2009, o Conselheiro Antonio Jose da Costa assumirá a
389 coordenação da CP5. Considerou como pontos positivos a representação dos povos e
390 comunidades tradicionais no CONSEA, a disseminação e apoio do Conselho na promoção
391 de ações e programas como Banco de Sementes, Programa Mais Alimentos e Territórios da
392 Cidadania e a realização de diversos eventos envolvendo a discussão específica de povos e
393 comunidades tradicionais. A Conselheira apresentou um balanço das atividades de 2008.
394 Representada pelo Conselheiro Pedro Kitoko, que representa o CONSEA na Comissão do
395 Direito Humano à Alimentação Adequada junto ao Conselho de Promoção da Pessoa
396 Humana, a CP5 elegeu duas comunidades quilombolas, no Espírito Santo, para monitorar a
397 Política na questão da violência e da insegurança alimentar dessas comunidades. A CP5
398 apresentou alguns temas prioritários a serem trabalhados: Emprego e Geração de Renda e
399 programas e políticas de SAN voltadas para as populações negras, comunidades
400 quilombolas e povos e comunidades tradicionais. Apresentou estratégias e atividades
401 propostas para 2009. Em abril de 2009 será realizado um curso de capacitação e elaboração
402 de projetos para as lideranças quilombolas, e em junho, um curso de desenvolvimento rural
403 e sustentável para as comunidades quilombolas. Falou que com a Chamada Nutricional
404 Quilombola, feita em 2006 e publicada pelo MDS, descobriu-se que as crianças
405 quilombolas estão em estado nutricional correspondentes às do Nordeste de 1996. A
406 Comissão quer estabelecer metas e prazos para reverter esse diagnóstico. A Comissão
407 pretende discutir, com o Ministério da Educação, a aplicação da Lei 10.639/03, e cobrar do
408 FNDE os relatórios sobre os cardápios e monitoramento nutricional das crianças atendidas
409 nas escolas. Pretende também controlar o repasse dos recursos diferenciados do PNAE, por
410 meio de articulação com o Ministério Público. E ainda garantir a aplicação desses recursos
411 nas escolas de comunidades quilombolas. A Comissão pretende também promover oficinas
412 de capacitação, por iniciativa das próprias comunidades, através de articulação entre o
413 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas -
414 CONAC e Fundação Cultural Palmares, para o caso específico dos quilombolas. Em 2009,
415 a Comissão pretende continuar discutindo o tema Terra. Primeiramente foi discutida a
416 Terra como espaço de alimento e agora a Terra como espaço de moradia. A CP5 tenciona
417 pensar na relação entre as comunidades e o Município, pela dificuldade de relacionamento
418 das comunidades com o poder público municipal, bem como na dificuldade de execução de
419 convênios com as Prefeituras; Inserir a carta de auto-definição da comunidade dentro da
420 esfera de reconhecimento municipal, para efetivar um compromisso legal do município
421 para com a comunidade (será feito até agosto de 2009, com o envolvimento da CP4). O
422 Conselheiro Antonio Jose da Costa falou da dificuldade de os membros da CP5
423 participarem das outras Comissões que abordam questões sobre povos negros,
424 comunidades tradicionais e de terreiros. Renato Maluf disse que levaria o assunto para ser
425 discutido na Mesa Diretiva do CONSEA. A Conselheira Elza Maria Franco Braga sugeriu



426 à Mesa Diretiva e à Coordenação do CONSEA que fosse feito mapeamento dos
427 documentos, encaminhamentos e incorporações realizados pelo CONSEA e encaminhados
428 ao Governo. Renato Maluf esclareceu que instrumento similar é realizado no Conselho,
429 contudo, propôs aperfeiçoamento do mesmo. O Conselheiro Irio Luiz Conti sugeriu que
430 um único tema não fosse tratado em mais de uma Comissão. 7) Comissão de Presidentes
431 dos CONSEAs Estaduais – O Conselheiro Carlos Eduardo O. de Souza Leite, do
432 CONSEA-BA, informou que houve avanços nos CONSEAs Estaduais a partir da
433 representação na Mesa Diretiva e interlocução com a CP1 e CP3 e apresentação dos
434 relatórios da Comissão na Plenária no CONSEA Nacional, contudo há o desafio da
435 construção progressiva de temas prioritários para os Conselhos Estaduais em conjugação
436 com o Conselho Nacional. Foi considerada como positiva a iniciativa de a Comissão
437 elaborar diretrizes nacionais para formação em SAN nos Estados e a construção, em
438 parceria com o MDS e CONSEA, do Edital de Apoio à Implantação do SISAN nos
439 Estados, junto com a SESAN. Está em andamento um Mapeamento do quadro situacional
440 dos CONSEAs Estaduais, Acompanhamento dos projetos estaduais de implantação do
441 SISAN e Revisão do Regulamento interno do CONSEA. Sobre ao Eixo Direito Humano à
442 Alimentação Adequada, houve um diálogo com a CP4 no sentido de se pensar algumas
443 experiências de Conselhos Estaduais que já implementaram Comissões de Direito Humano
444 à Alimentação e de como os Conselhos vão incorporar esse assunto em suas gestões
445 internas. Sobre o Eixo Alimentação Escolar, o Conselheiro disse que é importante fazer
446 uma discussão nos Estados e Municípios sobre o Projeto de Lei da Alimentação Escolar,
447 com campanhas, mobilizações e intervenções políticas contra a terceirização da
448 alimentação escolar. Há também o projeto de se fazer um debate entre Conselhos
449 Estaduais, Governo e CONSEA Nacional no sentido de aprimorar e avaliar a execução do
450 PAA. Existe também uma preocupação com uma espécie de normatização da relação do
451 Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais e Municipais. E é necessária uma parceria
452 entre a CP2 e o GT Água da CP1, por interesse dos Presidentes dos CONSEAs, de
453 interação com a avaliação dos Programas Um Milhão de Cisternas - Articulação do Semi-
454 Árido Brasileiro (ASA). Outra questão abordada foi o fortalecimento da identidade de
455 SAN e distinção da temática da assistência social, como elas se relacionam, se
456 complementam e se opõem. Surgiu na Comissão o tema sobre os Territórios, e houve a
457 sugestão de estreitar o diálogo com os Consórcios de Segurança Alimentar e
458 Desenvolvimento Local - CONSADs. Agenda de trabalhos para 2009: a) Dias 12 e 13 de
459 fevereiro de 2009, participar da Oficina de Trabalho da CP1; b) Dia 8 de março, primeira
460 reunião; dia 10 de agosto, segunda reunião; dia 30 de novembro, terceira reunião. A
461 Comissão foi reavaliada e ficou com a seguinte composição: Centro-Oeste - Dulce
462 Terezinha Oliveira Cunha; Norte-Nordeste - Carlos Eduardo O. de Souza Leite, do
463 CONSEA-BA; Sudeste-Sul - Miguel Montaña, que continua como representante na
464 Comissão na Mesa Diretiva. O mandato de um será de um ano, para a gestão 2009. O
465 próximo a ser abordado foi o item B) Apresentação da atuação da Câmara Interministerial
466 de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN - Sr. Onaur Ruano, Secretário Nacional
467 de Segurança Alimentar e Nutricional, que além do balanço os trabalhos de 2008, falou
468 também um pouco sobre a trajetória da CAISAN (criada pelo Decreto nº 6.273/2007, de 23



469 de novembro de 2007), dizendo que no art. 11 da LOSAN, onde estabelecem quais são os
470 componentes do SISAN, coloca a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e
471 Nutricional como ponto máximo de articulação e funcionamento do Sistema; no Plano
472 Nacional aparece o CONSEA como uma instituição de articulação Governo/Sociedade
473 Civil, majoritariamente da Sociedade Civil; a CAISAN é colocada como sendo a instância
474 de articulação governamental. O art. 11, III apresenta as atribuições da CAISAN, que são:
475 i) elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de
476 Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e
477 instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação e ii)
478 coordenar a execução da Política e do Plano; c) articular as políticas e planos de suas
479 congêneres estaduais e do Distrito Federal. O Conselheiro falou das várias competências
480 da Câmara contidas no art. 1º do Decreto nº 6.273/2007, de 23/11/2007. O art. 3º do
481 Decreto fala que a CAISAN será presidida pelo Secretário-Geral do CONSEA e integrada
482 pelos representantes governamentais titulares e suplentes no CONSEA. E o art. 6º diz que
483 a Secretaria-Executiva da Câmara será exercida pelo Ministério do Desenvolvimento
484 Social e Combate à Fome, nos termos de ato a ser expedido pelo respectivo Ministro de
485 Estado. A CAISAN é composta de 15 Ministros de Estado e 4 Secretários Especiais. Os
486 Ministros não têm condições de comparecer a todas as reuniões do CONSEA, por isso
487 enviam seus suplentes governamentais (figura recentemente formalizada e nominada). O
488 Ministro Patrus Ananias tem posição diferenciada no CONSEA em relação aos outros
489 Ministros, na medida em que ele é Secretário-Geral do Conselho, assim, ele tem
490 participado de praticamente todas as Plenárias e eventos do CONSEA. O Secretário
491 apresentou um resumo dos eventos realizados nos oito meses de existência da CAISAN. A
492 proposta de Regimento Interno da CAISAN está tramitando no Governo, e será submetida
493 ao Setor Jurídico, que precisa aprová-la. Foi estabelecido em Regimento que o Pleno dos
494 Ministros se reunirá duas vezes por ano. E o Comitê Executivo, composto pelos Suplentes,
495 se reunirá ordinariamente a cada dois meses e fará sempre uma reunião especial,
496 especificamente para debater o que será a Plenária do CONSEA. O Secretário disse que
497 ainda tem muito a ser construído na Câmara, e essa construção tem que se dar em debates
498 feitos no CONSEA e nas Comissões Permanentes, e que é fundamental estabelecer qual é
499 o melhor formato da CAISAN. É também atribuição constitucional da CAISAN fazer o
500 acompanhamento, dar fluxo e consequência àquilo que o Plenário do CONSEA delibera e
501 encaminha à Presidência da República, em forma de Exposição de Motivos, para que dali
502 se tenha uma resposta. C) Debates e Encaminhamentos - Após debates feitos pela Plenária,
503 os encaminhamentos propostos foram os seguintes: i) Em relação à apresentação sobre a
504 CAISAN, Renato Maluf sugeriu que fossem enviadas proposições posteriormente para
505 serem discutidas na Oficina de Trabalho, promovida pelo CONSEA e CP1, a ser realizada
506 nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2009. ii) A Mesa Diretiva: a) Fazer um mapeamento dos
507 documentos, encaminhamentos e incorporações realizados pelo CONSEA e encaminhados
508 ao Governo; b) Selecionar temas para que uma Comissão só os trate. iii) Sair da Oficina de
509 Trabalho um documento analisando a estrutura atual do Sistema e sugerindo melhorias na
510 formatação do mesmo. Esse também será o tema para a Plenária de março. iv) Na reunião
511 da Mesa Diretiva, prevista para fevereiro de 2009, será sistematizado o que sairá das



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



512 Comissões e distribuído nas Plenárias ao longo do ano. v) Na Plenária de março haverá a
513 discussão do resultado da Oficina de Trabalho e conclusão da agenda das Plenárias/2009.
514 Previsão de datas das Plenárias/2009: 9º Plenária: 10 e 11 de março; 10º Plenária: 28 e 29
515 de abril; 11º Plenária: 16 e 17 de junho; 12º Plenária: 11 e 12 de agosto; Conferência +2:
516 setembro; 13ª Plenária: 27 e 28 de outubro; 14º Plenária: 1º e 2 de dezembro (podendo ser
517 em novembro). As propostas foram aprovadas pela Plenária. Renato Maluf fez leitura do
518 Manifesto do CONSEA sobre os Direitos Humanos, que teve alterações feitas pela
519 Plenária. A proposta foi aprovada pela Plenária. Sem mais nenhum assunto a ser tratado,
520 deu-se por encerrada a reunião.

Brasília, 10 de dezembro de 2008.

Renato S. Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



LISTA DE PRESENÇA DA VIII REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 10 de dezembro de 2008

SOCIEDADE CIVIL

Alberto Ercílio Broch
Ana Lúcia Pereira
Antonio José da Costa
Antonio Ricardo Domingos da Costa
Elza Maria Franco Braga
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Malaquias Batista Filho
Maria Emilia Pacheco
Marília Leão
Raimundo Reis Nobre
Regina da Silva Miranda
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Rui Ricard da Luz
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Ubiraci Dantas de Oliveira
Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carla Bencke
Delzi Maria de Araújo Castro
Dulce Terezinha da Cunha
Elisabeta Recine
Jose Divino Lopes Filho
Lucélia Silva Costa
Pedro Majumbundu Kitoko
Ronald Carneiro de Sousa

Representantes do Governo Federal

Ministro Patrus Ananias

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

Ministério das Cidades – Elcione Diniz Macedo
Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Onaur Ruano
Ministro da Ciência e Tecnologia – Lana Magaly Pires
Casa Civil – Isabel de Souza Costa



OBSERVADORES

Assessoria Especial da PR – Selvino Heck

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – José Tobino

FAO/Roma - Irela Mazar

Action AID – Celso Marcatto

Itaipu Binacional – Rosângela da Silva

CONVIDADOS

Alisson Pereira Oliveira

Bianca Lazarini Cunha

Bruno Moretti

Celso Mendes de Carvalho

Iara Monteiro

Letícia Mendonça (MDA)

Rocilda Moreira

Ronaldo Dias

Rosângela Gonçalves Carvalho

Rosângela Maria Sobrinho Sousa

Rosângela Rondon Rossi

Valesca Joice Cesar Naime

Miguel Medeiros Montaña (CONSEA-RS)

Iramar Cardoso da Silva (CONSEA-TO)

Karlyani Fagundes de Castro

Helen Silva

Virginia Manuele Rosa (CONSEA-PI)

Eudes Ferreira da Costa (CONSEA-MT)